

COMPETITIVIDADE

Estado quer recuperar perda com ICMS do diesel em até 4 meses

Aprovado ontem, projeto que reduz alíquota sobre o combustível prevê dano de até R\$ 7 milhões

LUCAS JUNOT

Intocada há 16 anos, a alíquota de ICMS sobre o óleo diesel caiu cinco pontos e passa a ser de 12% a partir do dia 1º de julho. O índice anterior que regia o valor do combustível era de 17%. A mudança faz parte do projeto do governo do Estado, aprovado ontem na Assembleia Legislativa, que prevê aumentar a competitividade de Mato Grosso do Sul na venda do diesel em relação aos Estados de São Paulo e Paraná.

Com a medida, Mato Grosso do Sul renuncia a uma receita do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que varia, por mês, entre R\$4 milhões e R\$ 7 milhões, segundo dados da Secretaria de Fazenda. Conforme o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), a perda será compensada pelo aumento no consumo de combustível. Os primeiros sinais do efeito positivo devem ser sentidos em até quatro meses de implantação da redução.

De acordo com a proposta, a nova alíquota vai vigorar de 1º de julho a 31 de dezembro deste ano, mas poderá ser estendida aos anos seguintes, caso seja verificado impacto satisfatório na ponta da cadeia, ou seja, nas bombas que abastecem os veículos dos contribuintes. “Eu quero que permaneça; para isso, precisa ter o aumento de consumo, e para ter o aumento de consu-

“

Nós pedimos ao governador um ano para vigorar essa mudança, mas ele nos deu seis meses. Esse é o tempo para reverter essa cultura arraigada de abastecer em São Paulo e no Paraná”

Cláudio Cavol, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Mato Grosso do Sul

mo essa redução, que chega quase 30%, precisa chegar na bomba, para que aquele que trafega por Mato Grosso do Sul abasteça nos nossos postos”, ponderou o governador. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Lubrificantes e Lojas de Conveniência de Mato Grosso do Sul (Sinpetro-MS), Mario Seiti Shiraiishi, acredita que a redução da alíquota aliada à queda no preço médio praticado nas bombas dos postos de combustíveis incrementará as vendas em 40%.

Para o presidente do Sindi-



ASSINATURA. Na Assembleia Legislativa, o presidente da Casa, Júnior Mochi, acompanha Azambuja assinando projeto que reduz porcentual

cato das Empresas de Transporte de Carga e Logística de MS, Claudio Antonio Cavol, a expectativa é de que, dentro de 90 dias, o preço do combustível caia entre R\$ 0,15 e R\$ 0,20 por litro, devendo chegar aos R\$ 0,30 de economia até o fim do ano. “Não perderemos para São Paulo e para o Paraná. Além de tudo, os produtos ficarão mais baratos nas prateleiras dos mercados, uma vez que essa redução impacta diretamente nos custos de transporte e distribuição”, destaca.

Em tempos de retração econômica, o governador aposta no aumento do con-

sumo para sobrepor a perda de receita e emancipar o Estado ao mesmo patamar dos vizinhos São Paulo e Paraná, onde a alíquota também é de 12%. Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás ficarão em desfalque, com alíquotas de 17%, 15% e 15%, respectivamente. “Nós fizemos as contas, tem um documento assinado por todo esse segmento dizendo que se o governo chegasse numa alíquota de 12% eles aumentariam o consumo, que é uma opção para cobrir essa perda de receita, então eu acredito muito na consciência desse segmento, na responsabilidade do setor

produtivo, principalmente transportes, que hoje abastece fora do estado”, comentou.

“O diesel atende a todo setor produtivo do Estado, porque em grande parte das mercadorias transportadas o diesel é um insumo que hoje impacta na planilha de custo das transportadoras. Agora, Mato Grosso do Sul se iguala a São Paulo. Temos a menor alíquota de gasolina, que é 25%, e vamos ter a menor alíquota do diesel, mas precisamos ter um preço competitivo na bomba. Se tiver realmente essa redução, não tenho dúvida de que vamos

ter aumento de consumo e fortalecer nossa economia”, sentenciou Azambuja.

Segundo Cavol, uma ofensiva junto aos distribuidores e aos postos de combustíveis já começou, visando fazer com que esses estabelecimentos reduzam o preço do diesel e garantam a continuidade da redução depois de dezembro. “Nós vamos ajudar os caminhoneiros e os donos de transportadoras indicando quais postos realmente colaboram com redução no preço, direcionando a frota para onde o diesel está mais barato”.

ITAPORÃ

Outras prefeituras favoreceram agência de publicidade em MS

GABRIELA COUTO

A operação “Layout”, deflagrada ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco-MS), do Ministério Público Estadual (MPE), em Itaporã, a 212 quilômetros de Campo Grande, deve se estender para outras prefeituras de Mato Grosso do Sul, como Campo Grande e Dourados. Durante a ação, foram cumpridos mandados de busca e apreensão de documentos na Prefeitura Municipal de Itaporã, na residência de servidores municipais, em sede de empresas prestadoras de serviços ao Município de Itaporã e seus proprietários.

Segundo o coordenador do Gaeco, Marcos Alex, a investigação de suposto favorecimento à agência 2000 Publicidade para as licitações do município do interior do Estado, para prestar os serviços de comunicações, ocorria em várias cidades. Já foi confirmado que em uma das prefeituras envolvidas foi assinado um contrato de R\$ 14 milhões com a empresa citada, por apenas seis meses de publicidade.

Agora, o Gaeco trabalhará em conjunto com as promotorias de Justiça de cada comarca suspeita. “Os documentos



PELA MANHÃ. Viatura do Gaeco em frente à prefeitura de Itaporã; documentos foram apreendidos

apreendidos hoje na 2000 Publicidade chamaram nossa atenção e devem servir para ampliar a investigação”, assegurou Marcos Alex, durante coletiva de imprensa na tarde de ontem. A investigação levará em consideração os dados levantados a partir de janeiro de 2013, quando o prefeito Wallas Milfont assumiu a administração.

A denúncia surgiu após uma agência de comunicação, concorrente no certame, acusar de ter sido prejudicada por não ter os mesmos benefícios que a vencedora. O promotor de

Itaporã, Romão Ávila Milhan Junior, também afirma que no decorrer da investigação um membro da subcomissão de licitação, formada por três pessoas e responsável em definir a agência vencedora, procurou o MPE e também denunciou o direcionamento. O denunciante trabalhava para uma empresa terceirizada que prestava serviço de comunicação à prefeitura. Embora não tivesse relação direta com o Executivo, ele utilizava crachá de servidor público e tinha acesso livre a todos os departamentos como servidor.

Em resposta, o prefeito Wallas Milfont afirma que sofre perseguição política desde que foi eleito. Ele alega que a licitação ocorreu normalmente, além disso, não houve nenhum prejuízo aos cofres públicos, pois a agência não chegou a receber recursos da prefeitura. “O prefeito alega que não houve execução de contrato, mas há indícios de que a agência pediu orçamentos de serviços de publicidade e que uma forma ou outra estavam prestando serviço à prefeitura”, assegurou o coordenador do Gaeco.

CONTRATAÇÕES

Em meio à crise, prefeitura nomeia 100 em vários cargos

Em meio às medidas de contenção de gastos promovidas pela Prefeitura de Campo Grande desde abril, as atenções agora estão voltadas para o Diário Oficial do município, onde a administração publica as nomeações e exonerações de servidores. Na terça-feira (16), 100 nomes foram publicados para que sejam nomeados nos próximos dias. Os cargos vão desde administrador e nutricionista até motoristas e agentes de saúde.

O secretário municipal de administração, Wilson do Prado, explica que desde janeiro não são feitas novas nomeações na prefeitura, e que as publicações em Diário Oficial são substituições de servidores ou readmissão com mudanças na modalidade de contratação. De acordo com o ele, desde que começaram as medidas de contenção de despesas, em abril deste ano, 231 funcionários comissionados foram exonerados. Destes, 84 foram readmitidos em função de confiança, com redução de 30% em seus rendimentos, o que gerará economia para a prefeitura.

A questão ficou ainda mais inflamada depois que o secretário-adjunto de planejamento, finanças e controle, Ivan Jorge, disse que a prefeitura buscará amparo legal no artigo 169 da Constituição Fede-

ral, que preconiza que nem mesmo servidores efetivos, não estáveis, estão livres dos cortes que estão por vir. No entanto, nesses casos, os cortes precisam começar pelos comissionados.

Questionada, a prefeitura emitiu uma nota oficial sobre os cargos comissionados em Campo Grande. De acordo com a compilação da secretaria de administração, existem 1.689 cargos de direção, chefia e assessoramento de nomeação direta passíveis de serem utilizados em caso de necessidade do Poder Público municipal. Destes, 1.135 encontram-se ocupados no momento e 524 estão vagos. Entre eles, 643 são reservados para funções de direção e chefia, dos quais 373 estão ocupados e 270 vagos. Os cargos de assessoramento somam 835 postos, entre os quais 629 estão ocupados e 206 vagos. Por fim, há no Instituto Municipal de Tecnologia da Informação 181 cargos, dos quais 133 estão ocupados e 48 vagos.

Ainda de acordo com o secretário, existe um déficit de 12 mil servidores na prefeitura, para ingressarem no serviço público por concurso. Além disso, no ano passado, 890 servidores se aposentaram, o que demandou substituições. **(LJ)**